



Anais da Assembléia

Nº 132

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Darcy Deitos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Ger-note Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, Jurandir Messias, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado Waldyr Pugliesi e Werner Wanderer (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gilberto Carvalho, Nilso Sguarezi, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Cotrim, Carlos Zanolorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, João Elísio, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Nestor Baptista, Pinto Dias, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mensur) Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 109/81

Curitiba, 27 de outubro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva aumentar, mediante lei específica, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis decorre de estudos que determinei às Secretarias de Estado do Planejamento, dos Recursos Humanos e das Finanças, cujas conclusões, a exemplo daqueles que precederam à Lei 7503, de 14 de outubro de 1981, recomendam que o assunto seja tratado em lei própria, observando-se o mesmo percentual e a vigência da majoração proposta aos demais funcionários civis e militares do Estado, conforme Mensagem desta mesma data.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — A partir de 1º de janeiro de 1982, os vencimentos dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, ficam majorados em 38,47% (trinta e oito inteiros e quarenta e sete centésimos por cento).

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 108/81

Curitiba, 27 de outubro de 1981.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis evidencia a preocupação do Governo do Estado, no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos em níveis atualizados, isto, obviamente, como não poderia deixar de ser, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Estado.

Merece destacar que a majoração proposta atinge não só os vencimentos básicos dos servidores, mas também outras vantagens, como salário-família, gratificação de produtividade, além de outras melhorias e decorrentes de ajustamento de tabelas ou índices de escalonamento de vencimentos. São também, majoradas as pensões especiais pagas pelo Estado e as concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE.

Por outro lado, vale salientar que aos ocupantes de cargos de Professor PA-1 é assegurado vencimento não inferior a 2,2 vezes o valor do salário-mínimo regional.

A anexa Exposição de Motivos 4616/81, firmada nesta data, pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, apresenta maior detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — A partir de 1º de janeiro de 1982, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, passam a vigorar com os valores constantes das tabelas anexas.

Parágrafo único — O disposto no “caput” deste artigo não se aplica aos abrangidos pela Lei 7503, de 14 de outubro de 1981, que terão tratamento em lei específica.

Art. 2º — O valor unitário do salário-família atribuído ao funcionalismo estadual, fica fixado em Cr\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3º da Lei nº 7501, de 13 de outubro de 1981, fica fixado em Cr\$ 6.595,00 (seis mil, quinhentos e noventa e cinco cruzeiros).

Art. 4º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis nºs 6569, de 25 de junho de 1974; 6593, de 15 de agosto de 1974; 6641, de 04 de dezembro de 1974; 6787, de 31 de maio de 1976 e 7066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em 38,47% (trinta e oito inteiros e quarenta e sete centésimos por cento).

Parágrafo único — O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, que terão tratamento em lei específica.

Art. 5º — O vencimento do cargo de Professor PA-1, não poderá ser inferior a 2,2 vezes o salário-mínimo regional, vigente em 01 de janeiro de 1982.

Art. 6º — Observado o disposto nos parágrafos dos arts. 1º e 4º, as disposições desta lei aplicam-se no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei nº 6212, de 19 de agosto de 1971, incorporada aos proventos dos inativos, fica com o seu valor acrescido do mesmo percentual previsto no art. 4º.

Art. 7º — O vencimento mensal do cargo de Agente Fiscal 1, classe "C", referência IV, assim entendido o básico fixado nesta lei, acrescido da gratificação de 2/3 (dois terços) prevista no art. 89, inciso III, da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, passa a constituir a importância global sobre a qual serão calculados os adicionais por tempo de serviço e prêmio de produtividade.

§ 1º — Ao cargo em comissão, de Diretor da Coordenação da Receita do Estado aplica-se o disposto no "caput" deste artigo, exceto quanto à incidência dos adicionais por tempo de serviço.

§ 2º — Para os servidores fiscais aposentados, os percentuais de adicionais por tempo de serviço incidirão também sobre a vantagem denominada dois terços do quantum do vencimento.

Art. 8º — A parcela incorporada como valor autônomo aos vencimentos de Pessoal da Coordenação da Receita do Estado, pelo Art. 2º da Lei nº 7367, de 30 de setembro de 1980, fica englobada em tais vencimentos, passando, em consequência, as tabelas de escalonamento vertical de que tratam os arts. 124 e 126 da Lei nº 7051, de 04 de dezembro de 1978, a vigorar na forma do Anexo II, desta lei.

Art. 9º — Aos integrantes das categorias funcionais de Assistente Jurídico, Biólogo, e Técnico de Assuntos Culturais, do Quadro Geral do Poder Executivo, fica atribuída a gratificação de que trata a Lei nº 6569, de 25 de junho de 1974, em valores, respectivamente, iguais aos pagos aos Economistas, Naturalistas e Técnicos de Administração.

Art. 10 — Ficam revogados:

I — o inciso III e o parágrafo único do Art. 4º da Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976, resultantes da redação dada pelo art. 31 da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980;

II — O § 5º do art. 7º da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, procedendo-se a revisão do enquadramento dos funcionários nele referidos.

Art. 11 — A tabela de escalonamento vertical, estabelecida pelo Art. 118 da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, modificada pela Lei nº 6839, de 22 de novembro de 1976, fica alterada, parcialmente, passando a vigorar, para as categorias abaixo os índices a seguir fixados:

IV — Praças Especiais:

b) aluno (último ano) índice 264

c) aluno (demais anos) índice 200

V — Praças:

e) Cabo PM índice 300

f) Soldado PM 1ª Classe índice 200

g) Soldado PM 2ª Classe índice 200

Art. 12 — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto e observadas as limitações orçamentárias, conceder ao funcionalismo, no mês de agosto de 1982, antecipação parcial do aumento anual de vencimentos que for previsto para vigorar a partir de 01 de janeiro de 1983.

Art. 13 — Os valores de que tratam o Art. 2º e seu § 1º, da Lei Complementar nº 10, de 29 de dezembro de 1980, já alterados pela Lei nº 7501, de 13 de outubro de 1981, ficam majorados no mesmo percentual previsto no artigo 4º desta lei.

Art. 14 — O funcionário do Quadro Geral enquadrado na Tabela II, do Anexo II, da Lei nº 7424, de 17 de dezembro de 1980, poderá mediante opção definitiva, a ser manifestada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, integrar a Tabela I, do referido Anexo II, observado o interesse da Administração.

Parágrafo único — O disposto neste artigo não se aplica ao ocupante de cargo códigos P-05 e P-10, do Grupo P-Profissional, constante ao Anexo I, da referida Lei 7424/80.

Art. 15 — Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1982, revogadas as disposições em contrário.

| ANEXO I | TABELA I |
|------------------------------------|-----------|
| CARGOS EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO | |
| NÍVEL | VALOR |
| 01 | 15.236,00 |
| 02 | 15.236,00 |
| 03 | 15.236,00 |
| 04 | 15.236,00 |
| 05 | 15.236,00 |
| 06 | 15.236,00 |
| 07 | 15.236,00 |
| 08 | 15.236,00 |
| 09 | 15.236,00 |
| 10 | 15.236,00 |
| 11 | 15.236,00 |
| 12 | 15.236,00 |
| 13 | 15.236,00 |
| 14 | 15.236,00 |
| 15 | 15.236,00 |
| 16 | 15.236,00 |
| 17 | 15.769,00 |
| 18 | 17.602,00 |
| 19 | 19.377,00 |
| 20 | 21.243,00 |
| 21 | 23.061,00 |
| 22 | 24.854,00 |
| 23 | 26.692,00 |
| 24 | 28.497,00 |
| 25 | 30.308,00 |
| 26 | 32.139,00 |
| 27 | 33.971,00 |
| 28 | 35.780,00 |
| 29 | 37.591,00 |
| 30 | 39.695,00 |

| ANEXO I | TABELA II |
|---------------------------|-----------|
| POLÍCIA MILITAR | VALOR |
| Soldo de Posto de Coronel | 68.400,00 |

| ANEXO I | TABELA III |
|---|------------|
| COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO — CRE | |
| a) Agente Fiscal 1, Classe "C", Ref. IV | 52.448,00 |
| b) Diretor da CRE (EM COMISSÃO) | 71.083,00 |

ANEXO I

TABELA IV

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a) PROCURADORES:

| CLASSE | VALOR |
|----------|------------|
| 1ª | 126.954,00 |
| 2ª | 114.467,00 |
| 3ª | 103.231,00 |

b) ADVOGADOS:

| | |
|----------|-----------|
| 1ª | 83.008,00 |
| 2ª | 74.919,00 |

ANEXO I

TABELA V

ENGENHEIROS

| CLASSE | VALOR |
|----------|------------|
| 1ª | 126.954,00 |
| 2ª | 114.467,00 |
| 3ª | 103.231,00 |
| 4ª | 93.121,00 |
| 5ª | 83.008,00 |

C Anexo I, Tabela VI encontra-se às páginas deste Diário

ANEXO I

TABELA VII

MAGISTÉRIO

| NÍVEL | VALOR |
|----------|-----------|
| 01 | 26.500,00 |
| 02 | 30.475,00 |
| 03 | 36.570,00 |
| 04 | 42.055,00 |
| 05 | 48.363,00 |

ANEXO I

TABELA VIII

MAGISTÉRIO SUPERIOR

| CARGO | VALOR |
|-------------------------------------|-----------|
| Instrutor de Ensino Superior | 48.999,00 |
| Assistente de Ensino Superior | 51.291,00 |
| Professor do Ensino Superior e | |
| Professor Titular | 53.694,00 |

ANEXO I

TABELA IX

PROFESSOR QUADRO ÚNICO

| CARGO: PROFESSOR | VALOR |
|-------------------------------------|-----------|
| Licenciatura Plena — 22 horas | 33.742,00 |
| Licenciatura Plena — 15 horas | 23.684,00 |
| Licenciatura Plena — 10 horas | 16.500,00 |
| Licenciatura Curta — 22 horas | 28.990,00 |
| Licenciatura Curta — 15 horas | 20.444,00 |
| Licenciatura Curta — 10 horas | 15.236,00 |
| Não Licenciado — 22 horas | 24.237,00 |
| Não Licenciado — 15 horas | 17.204,00 |
| Não Licenciado — 10 horas | 15.236,00 |

ANEXO I

TABELA X

CARGOS EM COMISSÃO DOS PODERES EXECUTIVO,
LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO
TRIBUNAL DE CONTAS

| SÍMBOLO | VALOR |
|---------|-------|
|---------|-------|

a)

| SÍMBOLO | VALOR |
|------------|-----------|
| 1-C | 56.026,00 |
| 2-C | 51.742,00 |
| 3-C | 47.764,00 |
| 4-C | 44.119,00 |
| 5-C | 40.761,00 |
| 6-C | 37.656,00 |
| 7-C | 34.848,00 |
| 8-C | 32.221,00 |
| 9-C | 29.831,00 |
| 10-C | 27.585,00 |
| 11-C | 25.594,00 |
| 12-C | 23.684,00 |
| 13-C | 21.952,00 |
| 14-C | 20.374,00 |
| 15-C | 18.928,00 |

b)

| SÍMBOLO | VALOR |
|-------------|------------|
| DAS-1 | 132.386,00 |
| DAS-2 | 120.544,00 |
| DAS-3 | 109.785,00 |
| DAS-4 | 96.535,00 |
| DAS-5 | 74.674,00 |

ANEXO I

TABELA XI

FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO
TRIBUNAL DE CONTAS

| SÍMBOLO | VALOR |
|------------|----------|
| 1-F | 7.174,00 |
| 2-F | 6.091,00 |
| 3-F | 5.371,00 |
| 4-F | 4.311,00 |
| 5-F | 3.940,00 |
| 6-F | 3.216,00 |
| 7-F | 2.498,00 |
| 8-F | 2.156,00 |
| 9-F | 1.760,00 |
| 10-F | 1.429,00 |

ANEXO I

TABELA XII

PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO

| NÍVEL | VALOR |
|----------|-----------|
| 01 | 15.236,00 |
| 02 | 15.236,00 |
| 03 | 15.236,00 |
| 04 | 15.236,00 |
| 05 | 15.236,00 |
| 06 | 15.236,00 |
| 07 | 15.236,00 |
| 08 | 15.236,00 |
| 09 | 15.236,00 |
| 10 | 15.236,00 |
| 11 | 15.236,00 |
| 12 | 15.236,00 |
| 13 | 15.236,00 |
| 14 | 15.236,00 |
| 15 | 16.153,00 |
| 16 | 17.746,00 |
| 17 | 19.636,00 |
| 18 | 21.526,00 |
| 19 | 23.389,00 |
| 20 | 25.268,00 |
| 21 | 27.169,00 |

| | |
|----|-----------|
| 22 | 29 070,00 |
| 23 | 30 947,00 |
| 24 | 32 826,00 |
| 25 | 34 680,00 |
| 26 | 36 556,00 |
| 27 | 38 464,00 |
| 28 | 40 343,00 |
| 29 | 42 237,00 |
| 30 | 44 114,00 |

ANEXO I

TABELA XIII
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

| NÍVEL | VALOR |
|-------|-----------|
| 18 | 21 213,00 |
| 17 | 22 919,00 |
| 16 | 24 777,00 |
| 15 | 26 802,00 |
| 14 | 29 732,00 |
| 13 | 33 613,00 |
| 12 | 35 238,00 |
| 11 | 38 185,00 |
| 10 | 42 141,00 |
| 09 | 46 758,00 |
| 08 | 51 373,00 |
| 07 | 58 296,00 |
| 06 | 63 352,00 |
| 05 | 68 909,00 |
| 04 | 75 006,00 |
| 03 | 81 711,00 |
| 02 | 83 890,00 |
| 01 | 93 895,00 |

ANEXO I

TABELA XIV
TRIBUNAL DE CONTAS

| SÍMBOLO | VALOR |
|----------|-----------|
| TC 100-5 | 85 347,00 |
| TC 100-4 | 72 300,00 |
| TC 100-3 | 58 757,00 |
| TC 100-2 | 47 433,00 |
| TC-100-1 | 42 262,00 |
| TC 200-2 | 40 910,00 |
| TC 200-1 | 39 371,00 |
| TC 300-5 | 37 708,00 |
| TC 300-4 | 35 371,00 |
| TC 300-3 | 32 293,00 |
| TC 300-2 | 29 215,00 |
| TC 300-1 | 27 984,00 |
| TC 400-3 | 26 755,00 |
| TC 400-2 | 24 291,00 |
| TC 400-1 | 21 213,00 |
| TC 500-3 | 19 674,00 |
| TC 500-2 | 17 767,00 |
| TC 500-1 | 15 236,00 |

ANEXO I

TABELA XV
PODER JUDICIÁRIO

| CARGO | VALOR |
|-----------------------------|-----------|
| Assistente Jurídico PJ-TJ-1 | 69 535,00 |
| Assistente Jurídico PJ-TJ-2 | 77 023,00 |
| Assistente Jurídico PJ-TJ-1 | 85 347,00 |

PARTE SUPLEMENTAR

Assessor de Imóveis 82 904,00

ANEXO I

TRIBUNAL DE ALÇADA

TABELA XVI

| CARGO | VALOR |
|---|-----------|
| Assistente Jurídico PJ-TA-3 | 76 438,00 |
| Assistente Jurídico PJ-TA-2 | 70 246,00 |
| Assistente Jurídico PJ-TA-1 | 64 054,00 |
| Assistente Técnico Administrativo PJ-TA-2 | 70 246,00 |
| Contador PJ-TA-1 | 64 054,00 |

ANEXO II

TABELAS A QUE SE REFERE O ART. 8º
CARGOS EFETIVOS

| SÉRIE DE CLASSE | REFERÊNCIA | PERCENTUAL |
|-----------------|------------|------------|
| AF-1 | C IV | 100,00 |
| AF-1 | C I | 94,68 |
| AF-1 | B I | 88,60 |
| AF-1 | A I | 80,63 |
| AF-2 | C I | 73,47 |
| AF-2 | B I | 68,78 |
| AF-2 | A I | 64,41 |
| AF-3 | C I | 60,35 |
| AF-3 | B I | 56,57 |
| AF-3 | A I | 53,06 |
| AF-4 | D | 53,06 |
| AF-4 | C | 49,54 |
| AF-4 | B | 41,32 |
| AF-4 | A | 29,59 |

CARGOS EM COMISSÃO

| CARGOS | ÍNDICES |
|-----------------------------|----------------------|
| Diretor da CRE | CATEGORIA "A" 100,00 |
| Insp. Geral de Tributação | CATEGORIA "B" 91,40 |
| Insp. Geral de Arrecadação | CATEGORIA "B" 91,40 |
| Insp. Geral de Fiscalização | CATEGORIA "B" 91,40 |
| Chefe de Assessoria | CATEGORIA "B" 91,40 |
| Assistente Técnico | CATEGORIA "C" 87,58 |
| Consultor Técnico | CATEGORIA "C" 87,58 |
| Delegado Reg. da Receita | CATEGORIA "C" 87,58 |
| Delegado Reg. da Receita | CATEGORIA "D" 83,76 |
| Delegado Reg. da Receita | CATEGORIA "E" 79,94 |
| Auxiliar Técnico | CATEGORIA "F" 76,12 |

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DOS RECURSOS HUMANOS

Of. n.º 04616 GB

Curitiba, de outubro de 1981.

Exposição de Motivos

Senhor Governador:

Atendendo recomendação de Vossa Excelência no sentido de que fossem realizados estudos com vistas à majoração de vencimentos do funcionalismo público civil e militar do Estado, a ser concedida a partir de 01 de janeiro de 1982, tenho a honra de submeter à sua elevada apreciação, a inclusa minuta de anteprojeto de lei que consubstancia tal medida.

O anteprojeto de lei em referência, considerando a antecipação de aumento de 30%, já concedido a partir de 01 de outubro de 1981, prevê reajuste nos vencimentos dos funcionários do Estado, representando por majoração de 80% sobre os vencimentos vigentes no mês de setembro próximo findo, majorando na mesma proporção o salário-família, as pensões especiais, a

gratificação de produtividade e os proventos dos inativos.

Ao Professor PA-1, está sendo assegurado vencimento não inferior a 2,2 vezes o salário-mínimo regional vigente em 01 de janeiro de 1982, com o objetivo de compatibilizar a remuneração dessa classe com suas respectivas atribuições.

Pretende-se também a revogação de dois dispositivos da Lei 7424/80, esperando-se com isso possibilitar aos médicos a oportunidade de, ao se aposentar, poderem ter incorporado aos seus proventos a vantagem da gratificação por serviço extraordinário executado anteriormente à lei, se preenchidos os requisitos exigidos e rever a situação dos funcionários que, por pertencerem a classes com menos de onze ocupantes, não passaram da referência 7, a despeito do elevado tempo de serviço.

Aos servidores fiscais pretende-se assegurar o cálculo dos adicionais por tempo de serviço e o prêmio de produtividade sobre a gratificação de 2/3, visando dar à classe que executa a fiscalização da receita do Estado uma retribuição mais adequada às suas atribuições, estendendo-se a mesma medida aos fiscais já aposentados.

Visando tornar definitiva a incorporação da parcela autônoma de que trata o art. 2º da Lei 7367, de 30 de setembro de 1980, foi elaborada uma revisão nos índices das tabelas de escalonamento vertical, de forma a integrar naqueles índices o percentual que corresponde àquela parcela nos vencimentos do Pessoal da Coordenação da Receita do Estado.

No sentido de dar às novas categorias funcionais de nível universitário, do Quadro Geral, igual tratamento dado às demais categorias do mesmo nível, está sendo atribuída a gra-

tificação de produtividade aos Assistentes Jurídicos, Biólogos, Técnicos em Assuntos Culturais.

A Tabela de escalonamento vertical do soldo dos policiais militares está sendo motivo de uma alteração parcial, objetivando com isso rever os índices de proporcionalidade estabelecidos para as categorias de aluno, cabo e soldado, de forma a torná-lo mais equitativa.

Admitindo a eventual necessidade de antecipar, no mês de agosto de 1982, parte do aumento anual de vencimentos previstos para janeiro de 1983, foi introduzido na minuta do anteprojeto de uma um dispositivo que visa autorizar o Poder Executivo a adotar tal medida, mediante decreto, na oportunidade e, observadas as limitações orçamentárias.

Finalmente, visando permitir que os funcionários enquadrados no Plano de Classificação de Cargos, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, possam passar a trabalhar em jornada de 40 horas semanais, está prevista a possibilidade de opção definitiva, a ser manifestada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, atendido o interesse da administração.

A revisão de tabelas visa atualizar os vencimentos dos funcionários, na medida das possibilidades oferecidas pela receita pública.

Certo de que Vossa Excelência, examinando a matéria, determinará o seu necessário encaminhamento, reitero os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

(a) SEGISMUNDO MORGESTERN

Secretário de Estado

— Ao Departamento Legislativo.

ANEXO I

TABELA VI

PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

a) Vencimentos para 40 horas semanais

| Ref. Padrão | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|
| A | 20.312 | 20.312 | 20.312 | 20.312 | 20.312 | 20.312 | 20.961 | 21.628 | 22.320 | 23.031 | 23.765 |
| B | 20.312 | 20.664 | 21.924 | 23.261 | 24.676 | 26.181 | 27.775 | 29.467 | 31.262 | 33.168 | 35.188 |
| C | 21.846 | 23.178 | 24.589 | 26.087 | 27.678 | 29.363 | 31.154 | 33.049 | 35.065 | 37.202 | 39.468 |
| D | 24.507 | 25.999 | 27.583 | 29.262 | 31.046 | 32.938 | 34.947 | 37.074 | 39.333 | 41.729 | 44.272 |
| E | 27.489 | 29.165 | 30.940 | 32.826 | 34.826 | 36.948 | 39.198 | 41.587 | 44.121 | 46.809 | 49.660 |
| F | 30.835 | 32.715 | 34.705 | 36.820 | 39.065 | 41.445 | 43.970 | 46.648 | 49.491 | 52.507 | 55.706 |
| G | 34.588 | 36.696 | 38.932 | 41.304 | 43.819 | 46.490 | 49.321 | 52.327 | 55.517 | 58.897 | 62.487 |
| H | 57.315 | 59.803 | 62.398 | 65.106 | 67.932 | 70.880 | 73.956 | 77.166 | 80.515 | 84.009 | 87.656 |
| I | 68.976 | 71.969 | 75.092 | 78.352 | 81.752 | 85.300 | 89.002 | 92.865 | 96.895 | 101.100 | 105.489 |

ANEXO I
TABELA VI (continuação)
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

b) Vencimento para 30 horas semanais

| Ref. Padrão | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| A | 15.236 | 15.236 | 15.236 | 15.236 | 15.236 | 15.236 | 15.721 | 16.221 | 16.740 | 17.272 | 17.823 |
| B | 15.236 | 15.498 | 16.443 | 17.445 | 18.507 | 19.636 | 20.831 | 22.100 | 23.446 | 24.876 | 26.391 |
| C | 16.385 | 17.384 | 18.442 | 19.566 | 20.759 | 20.023 | 23.365 | 24.787 | 26.299 | 27.901 | 29.601 |
| D | 18.379 | 19.499 | 20.687 | 21.947 | 23.284 | 24.703 | 26.209 | 27.806 | 29.500 | 31.296 | 33.204 |
| E | 20.617 | 21.873 | 23.205 | 24.620 | 26.119 | 27.711 | 29.399 | 31.190 | 33.091 | 35.107 | 37.245 |
| F | 23.126 | 24.535 | 26.029 | 27.615 | 29.298 | 31.084 | 32.977 | 34.986 | 37.117 | 39.380 | 41.779 |
| G | 25.941 | 27.522 | 29.199 | 30.978 | 32.864 | 34.867 | 36.991 | 39.245 | 41.637 | 44.173 | 46.864 |
| H | 42.987 | 44.852 | 46.800 | 48.830 | 50.949 | 53.161 | 55.467 | 57.875 | 60.386 | 63.007 | 65.743 |
| I | 51.732 | 53.976 | 56.320 | 58.764 | 61.315 | 63.975 | 66.753 | 69.649 | 72.671 | 75.825 | 79.117 |

ANEXO I
TABELA VI (continuação)
PODER EXECUTIVO - QUADRO GERAL

c) Vencimento para 20 horas semanais

| Ref. Padrão | 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| J | 45.655 | 47.637 | 49.703 | 51.861 | 54.111 | 56.460 | 58.912 | 61.468 | 64.135 | 66.920 | 69.825 |

Telex:

Nos seguintes termos:

TENDO SIDO ESCOLHIDO SUB-RELATOR COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA EXAMINAR PROJETO DE LEI SOBRE PESSOAS DEFICIENTES, INSTALADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, CABE-ME APRECIAR MATÉRIAS SOBRE ADMISSÃO AO TRABALHO, AO SERVIÇO PÚBLICO, SALÁRIOS, PROFISSIONALIZAÇÃO, PARA MELHOR CONTRIBUIÇÃO DESTA COMISSÃO AOS DEFICIENTES ACHEI POR BEM PEDIR SUBSÍDIOS SOBRE TEMA ACIMA ÀS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS, ASSIM, GOSTARIA QUE VOSSA EXCELÊNCIA, APÓS OUVIR SEUS PARES, ENVIASSE PROJETOS DE LEI SOBRE O ASSUNTO A FIM DE QUE FOSSEM DEVIDAMENTE APRECIADOS PELA COMISSÃO E POR ESTE PARLAMENTAR.

ESPERANDO CONTAR APOIO NOBRE PRESIDENTE, SUBSCREVO-ME.

CORDIALMENTE DEPUTADO PAULO LUSTOSA.

— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 61/81.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 61/81, de sua autoria, que visa aumentar o número de cadeiras da Câmara Municipal de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1981.

a) DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Raicoski Sobrinho, ocorrido no dia 15 de outubro do ano em curso.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, voto de pesar pelo falecimento do Senhor MIGUEL RAICOSKI SOBRINHO, ocorrido no dia 15 de outubro de 1981, aos 76 anos de idade, nesta Capital.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento a seus familiares, através do endereço: Rua Alferes Poli, 1658, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1981.

a) JURANDIR MESSIAS

JUSTIFICATIVA:

MIGUEL RAICOSKI SOBRINHO, deixou-nos aos 76 anos de idade, sendo que durante 70 anos, residiu em Ponta Grossa, onde tomou-se pioneiro em artes gráficas.

Miguel Raicoski Sobrinho, deixou 9 filhos, 22 netos e 6 bisnetos, seu desaparecimento causou um profundo abalo nos meios sociais, bem como entre seus amigos e familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja destinado o expediente da sessão plenária no dia 5 de novembro para palestra com o Secretário de Agricultura de São Paulo, Guilherme Afif Domingos.

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, vem requerer que o expediente da sessão plenária do dia 5 de novembro do corrente ano seja destinado ao debate

sobre alternativas agrícola com a presença do Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, cuja vinda já está confirmada.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1981.

a) FIORILUIZ

JUSTIFICATIVA:

A troca de experiências entre os Estados da Federação sem dúvida enriquecerá os debates que futuramente possam se dar nesta Casa.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de Telex aos Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo entendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social.

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que envie telex aos líderes dos partidos políticos com assento no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo entendimento na votação das alterações na Lei da Previdência Social.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A classe política brasileira mostrou seu amadurecimento e fez valer suas prerrogativas, questão fundamental para o fortalecimento democrático em nosso País e o povo brasileiro foi o grande beneficiado com o entendimento entre os partidos políticos no Parlamento.

Os Parlamentares brasileiros garantiram com essa posição os direitos inalienáveis adquiridos pelos trabalhadores ao longo do tempo, daí nossos efusivos cumprimentos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 130/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A

Art. 1.º — Fica instituído o sistema de reajuste semestral dos vencimentos, vantagens e gratificações dos funcionários públicos civis e militares do Estado.

Art. 2.º — O reajuste se dará nos meses de janeiro e junho, aplicando-se os mesmos índices estabelecidos para o salário-mínimo.

Art. 3.º — O reajuste será automático e a autoridade competente de cada um dos Poderes e do Tribunal de Contas baixará ato próprio fixando os novos valores da remuneração dos respectivos funcionários.

Art. 4.º — Aos inativos aplica-se o disposto na presente lei.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1981.

a) LINEU TURRA

Apoiamento: TADEU LÚCIO MACHADO, WALDYR PUGLIE SI, MÁRIO CELSO, DARCY DEITOS, RENATO BERNARDI e NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa equiparar os funcionários regidos pelo estatuto aos demais servidores do Estado regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Tanto quanto estes, aqueles prestam serviços à mesma pessoa jurídica de direito público, com a sutil diferença que, no caso, o Estado não se apresenta como empresário.

Além disso, todo o assalariado da previdência privada recebe o benefício que, aliás, representa apenas a correção salarial nos índices da inflação.

O custo de vida é igual para uns e outros.

Por isso, uns e outros merecem o reajustamento semestral. Negar, como se faz hoje, a uma parcela do funcionário equivale a colocar sobre os ombros de uns poucos os ônus do combate à inflação.

Esta Casa não pode silenciar diante de tão clamorosa injustiça.

PROJETO DE LEI N.º 131/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituído o décimo-terceiro vencimento ao funcionalismo civil e militar do Estado.

Art. 2.º — Ao vencimento de que trata o artigo anterior são acrescentadas as gratificações e vantagens percebidas no segundo semestre do exercício.

Art. 3.º — O pagamento da décima-terceira remuneração será paga juntamente com a remuneração correspondente ao mês de dezembro de cada ano.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de outubro de 1981.

a) LINEU TURRA

Apoio: TADEU LÚCIO MACHADO, MÁRIO CELSO, DARCY DEITOS, WALDYR PUGLIESI, RENATO BERNARDI e NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O assalariado em geral recebe o 13.º salário, no Brasil. Há, inclusive, instituições públicas estaduais que pagam o 14.º e até o 15.º salário aos seus empregados.

Sinceramente, não vejo a razão da situação discriminatória em que se encontra o funcionário da administração direta do Executivo e dos demais Poderes e do Tribunal de Contas, já que — embora sob regimes diversos — todos são servidores públicos estaduais.

Por outro lado, a massa trabalhadora da área empresarial particular há muito tempo vem recebendo o benefício, fato que torna mais aguda a inferioridade, em termos de direito ao auxílio, do funcionalismo.

Para reparar a gritante injustiça, estamos propondo a consideração da Casa apresente iniciativa, com a certeza de sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Gernote Kirinus, primeiro orador inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Depois da Torre de Babel, do Mausoléu do Faraó do Egito, a história tem registrado inúmeras tentativas frustradas, onde o homem perdido em sua soberba, quis desafiar a Deus ocupando-lhe o lugar, pretendendo igualar-se ou até superá-lo com sua capacidade criadora.

O próprio Nazismo também representou na história uma dessas tentativas loucas, quando pretendia criar o super-homem. Hoje assistimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez e desgraçadamente em nosso País, a tentativa de um regime revestido de poderes excepcionais, de se autoglorificar diante de Deus. Subiram ao poder pela força das armas. E lá se encastelaram intocáveis, inquestionáveis, onipotentes, iguais a Deus. Fazem e acontecem. Decidem e falam em nome de todo o povo brasileiro, sem legitimidade, diga-se de passagem. Revestiram-se da infabilidade. Atribuíram-se poder para operar milagres e criaram as suas próprias bestas, para atuar sobre a humanidade. Entre elas, o SNI, reconhecido pelo seu próprio autor, seu fundador, Golberi do Couto e Silva, como um monstro. Pena que a sua descoberta foi muito tarde. Foi após a sua demissão.

A outra besta é a Lei de Segurança Nacional, onde são

quadrados todos que ousam contestar a autoridade suprema e onipotente. E lembro aqui, mais algumas bestas que já passaram por este País. A besta que produziu o Rio-Centro. Ou para retroceder um pouco mais na história, a besta que produziu o PARASAR. E os deuses tecnocratas, que haverão de repetir ou querer repetir a história do Dilúvio, sobre o povo do Oeste do Paraná, permitem-se a ousadia de tripudiar, de injuriar, de ironizar a própria obra de Deus, quando se pronunciam através do seu representante mor, o todo poderoso Costa Cavalcanti, a cabeça da famosa Itaipu binacional, sobre o desaparecimento das Sete Quedas. Diz ele: "As Sete Quedas existem, como obra de Deus. Obra natural, mas que pouco está produzindo, apenas um turismo rudimentar, nem de longe comparada, ao turismo de Foz do Iguaçu, com as Quedas do Iguaçu. E agora, por obra do homem, esse recurso natural que pouco está rendendo, o homem estará trazendo para uma altura de 170 metros o que dará uma renda enorme para os homens das Sete Quedas que são a união brasileira e a união paraguaia.

Concluo, Sr. Presidente, não necessitamos perder tempo com exegeses e interpretações às palavras aqui ditas pelo General Costa Cavalcanti.

São materialistas que colocam o homem acima de Deus, é evidente, diante da imposição deste regime materialista, manifesta através de um dos seus mais significativos representantes, quero, para concluir, Sr. Presidente, ao lado da Igreja, afirmar nossa posição cristã, resguardando a formação espiritual do povo brasileiro, tão bem demonstrado na Câmara de Vereadores de Guaíra, destinando a este cidadão Costa Cavalcanti, o voto de cidadão desprezível, o voto de cidadão não grato à Guaíra.

A igreja e os humanistas cristãos, repudiam o materialismo prático do sistema capitalista, que coloca acima de Deus, o homem com sua capacidade técnica, objetivando apenas o lucro em benefício de uma minoria parasita e sangue-suga.

E afirmamos, Sr. Presidente, nossa posição humanista em que o homem é a criatura de Deus e foi por ele colocado no centro da criação com capacidade criadora para alcançar o objetivo da vida em comunhão com Deus e os demais homens.

Itaipu, já afirmamos, não só é um desafio à natureza, mas agora passou a ser um desafio a Deus, nas palavras do próprio chefe do mausoléu, como foi a torre de Babel, o mausoléu de faraós.

E finalizo, colocando-me ao lado daqueles paranaenses que buscam encontrar uma razão na existência de Itaipu com todo o sacrifício que ela significa e significou e trouxe ao povo do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se hoje o "Dia do Funcionário Público". Uma justa homenagem a esta categoria de servidores de todos os níveis e que prestam sua contribuição social como trabalhadores a serviço do Poder público. São milhões em nosso País. E todos sabem a importância de seu papel para o efetivo funcionamento e intervenção do Estado, principalmente em nosso caso, pois, no Brasil observamos o fenômeno do superdimensionamento do aparelho estadual em todos os seus aspectos.

São trabalhadores e como os demais, aspirando a melhores dias. Nestes anos em que se impôs ao País o regime militar, foram duramente atingidos. Viram limitados os seus direitos de expressão e organização, sofreram o mais completo controle de um Poder que não admitia contestações em seu seio. Se muitos se identificaram com o regime para disso tirar benefícios e sobreviver, em sua maioria os funcionários públicos se comportaram com altivez e esperançosos de que um dia a causa democrática viesse a ser vitoriosa.

Muitos foram despedidos sumariamente. Outros se viram

perseguidos e boicotados as condições de seu desenvolvimento profissional. Grandes foram as pressões que sofreram nesse período. Agora que a pressão popular reconquista um espaço democrático, o funcionalismo público volta a lutar, com todo o empenho, pelos seus interesses que estão identificados, no fundamental, com os interesses de todo o povo brasileiro. Exemplo maior disso, em nosso Estado, são os professores, que nos ensinaram lições de dignidade e coragem ao enfrentar as baionetas do Governo em sua luta por melhores salários e melhores condições de ensino no Paraná.

Os funcionários públicos sabem que ainda têm muito a conquistar. Eles também viram seus salários reduzidos e querem a reposição ao nível do que receberam no passado. Querem maiores garantias funcionais e melhores condições de trabalho. Querem o décimo-terceiro salário. Reivindicam um sistema mais justo de promoções, de onde se exclua como critério os favorecimentos políticos e os interesses eleitoreiros. E há uma aspiração ainda maior. O seu direito de organização plena, em seus sindicatos, para que tenham instrumentos de representação e de luta eficientes e poderosos para fazer valer seus direitos.

Nós, do PMDB, estamos ao lado do funcionalismo público que reivindica em torno de suas justas aspirações. Temos mesmo, em nossa perspectiva de Governo, o projeto de devolver ao funcionalismo público todos os seus direitos básicos e reconhecer, na prática, através de atos concretos, sua importância para a vida do Estado e do País.

É com esta disposição que homenageamos hoje os funcionários públicos, em seu dia, certos de que no futuro o dia 28 de outubro será uma data de alegrias e não de recordar as frustrações de uma massa de trabalhadores oprimidos e ainda lutando por direitos que em qualquer sociedade democrática são exercidos plenamente.

Ao funcionário público, nossa homenagem e a certeza de que estamos juntos em suas lutas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa tem noticiado com bastante destaque que a partir do dia 15 de fevereiro de 1982, ocorrerá uma total reformulação no Secretariado do Governo.

No Poder Executivo, hoje, só se fala em eleições. Toda a estrutura anda atrás de votos. Não há dúvida que a partir do mês de fevereiro do próximo ano, o Estado ficará acéfalo no seu setor administrativo. Todo mundo é candidato e cada um já está montando a sua máquina particular. Nunca, em tempo algum, um Estado brasileiro mobilizou tanta gente em torno de uma eleição.

Vejamos: Secretário sem mandato eletivo e que deixarão seus cargos até 15 de fevereiro: Oscar Alves, da Saúde; Fernando Fontana, da Indústria e Comércio; Octávio Cesário, da Justiça; Renato Jonhson, do Interior; Véspero Mendes, do Planejamento; Haroldo Ferreira, da Segurança; Saul Raiz, dos Municípios; e Nivaldo Almeida, dos Transportes. São oito Secretários de Estado, candidatos à Câmara Federal. Terão que deixar os cargos, nove meses antes, isto é, dia 15 de fevereiro.

Secretários com mandato eletivo, que deixarão os cargos até dia 15 de maio: Reinhold Stephanes, da Agricultura; Luiz Roberto Soares, da Cultura e Esportes; Fabiano Braga Côrtes, da Casa Civil.

Temos ainda o próprio Governador Ney Braga, que segundo informações concorrerá a uma cadeira na Câmara Federal, disputando votos com os 11 Secretários, e mais: Nelson Jorge, do IPE; Joaquim Severino, do ITC; Ivan Gubert, da FUNDEPAR; Euler Merlin, do DER e José Pegoraro, da COHAPAR.

Até o momento, são 17 candidatos saídos de Secretarias

e órgãos ligados ao Governo. Outros ainda deverão surgir. É uma prova incontestável de que a oligarquia de trinta anos implantada neste Paraná começa a se deteriorar. Cada um está vendo o seu lado, o seu interesse, pois, todos eles sabem que a partir de 1983, o Paraná passará a viver um novo período, com o Governo José Richa.

Nada temos contra as candidaturas. Todo cidadão, possuidor de título de eleitor, tem esse direito. Aliás, devemos reconhecer que entre eles, existem alguns ótimos políticos, que já foram testados nas urnas. Mas, diante desse verdadeiro festival de candidaturas oficiais, o Paraná começa a questionar. O povo paranaense gostaria de saber algumas coisas que começam a encucar a opinião pública do nosso Estado:

1 — Será que toda a estrutura da administração pública será colocada à disposição desses candidatos? Ou será que eles já estão se utilizando da máquina? Afinal, a gente ouve todos os dias no rádio, vê no jornal, na televisão, propagandas de todos os secretários, falando das realizações etc. São milhões de cruzeiros gastos mensalmente nesse tipo de auto-promoção. Essa é uma das preocupações de todos nós, paranaenses. Afinal, não fica bem, colocar a estrutura de uma FUNDEPAR, de um DER, de um IPE, de Secretarias de Estado, a serviço de determinado candidato. Dinheiro público deve ser aplicado em obras públicas.

2 — Quais serão os substitutos dos titulares de cada órgão? Já se fala que cada Secretário vai deixar o seu chefe de gabinete como substituto. Aí ficaria tudo em família e o candidato continuaria utilizando a máquina. Seria até mais cômodo. O cidadão se atiraria atrás de votos por esse Paranação e a sua secretaria estaria ali, firme, atendendo, prestando favores, distribuindo cédulas do candidato, utilizando veículos, gasolina, álcool etc.

A opinião pública paranaense está preocupada. Mas ao mesmo tempo confia naquele que assumirá o Governo, no caso, o Sr. José Hosken de Novaes. Apontado como um homem de posições firmes e declaradas, que não toma sopa com garfo, Hosken precisa começar a agir desde agora, sob pena de ser acusado depois de conivente. Se todo mundo quer ser candidato, é um direito de todo mundo. Mas que cada um saia dentro do prazo e deixe em paz os órgãos públicos, que pertencem ao povo. Afinal, todos eles já tiveram muito tempo para usufruir dos mecanismos de auto-promoção, e de favorecimentos pessoais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste dia, 28 de outubro de 1981, em que se comemora o "Dia do Servidor Público do Brasil", queremos fazer uma projeção para o ano de 1982, na esperança de que esta data, no próximo ano, possa ser festejada nacionalmente com a equiparação dos direitos dos servidores públicos e dos trabalhadores assalariados das empresas particulares.

Aqui estamos, Sr. Presidente, para reiterar a nossa disposição permanente de lutar até onde possível for, para que se implante, com a urgência necessária, uma política salarial que venha premiar os servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios. A evolução da proposta salarial do Governo, trouxe benefícios justos para os assalariados da empresa privada mas, sonegou, dos servidores brasileiros, o direito à percepção do décimo-terceiro salário e também, do reajuste semestral. E nós aqui estamos, nesta data dedicada ao funcionário público brasileiro, para reclamar, mais uma vez, pela necessidade da equiparação, da equidade, da igualdade salarial entre todas as classes trabalhadoras brasileiras. Devo também mencionar que o Congresso Nacional nos deu um exemplo extraordinário no dia

de ontem, de que todas as questões sociais brasileiras, devem ser melhor refletidas, mais discutidas até à exaustão, se for o caso, para que as decisões sejam tomadas não em gabinetes fechados, frios, insensíveis, distantes da realidade social, mas para que sejam decisões que expressem efetivamente a vontade, a necessidade daqueles que compõem a sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que fazemos aqui esta profissão de fé, Senhor Presidente, entendemos que ficou provado de forma renovada, a necessidade que todo Parlamento brasileiro tem de retomar as suas prerrogativas, com a eliminação do instituto do decurso de prazo que não só asfixia a discussão do Poder Legislativo, como também impede a participação do Parlamento nas decisões nacionais.

Como da mesma forma, Senhor Presidente, é necessário que se brade desta tribuna, contra a competência do Poder Executivo que pode legislar por decretos-leis.

São duas figuras anti-democráticas que merecem a nossa reprovação e que precisam ser extirpadas do processo legislativo brasileiro, devolvendo-se, conseqüentemente às Casas de Lei, o seu poder de legislar, que é natureza mais importante que caracteriza as nossas Casas Legislativas.

E ao concluir, Senhor Presidente, quero aqui deixar a nossa homenagem aos servidores públicos do Estado do Paraná, na esperança de que este dia, no próximo ano, seja comemorado com um pouco mais de alegria, com o décimo-terceiro salário e com o reajuste semestral, mesmo que se reconheça que o Paraná, pela sensibilidade do Governador Ney Braga está em matéria de política salarial dos servidores do Brasil, um passo à frente, porque aqui se dá realmente importância aos seus servidores.

Requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhado o extrato deste pronunciamento à Presidência da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, na pessoa do Sr. Odir Gomes da Rocha, que tem sido um batalhador incansável na gestão dos assuntos de interesses dos servidores paranaenses.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Senhor Presidente, nobres companheiros.

Mais uma vez volto ao assunto: DETRAN. Realmente está imperando uma desorganização no DETRAN e nós já fizemos, há dias atrás, um pronunciamento denunciando injustiças, corrupção e agora, infelizmente, sou obrigado a levantar mais um ponto que impera no DETRAN, que é a desorganização.

Vários automóveis estão circulando na Capital do Paraná, com a mesma placa e se não bastasse os mesmos números, também, as mesmas letras. E para comprovar tal fato, nós fomos fotografar o Fiat de propriedade de Maria Lígia Pinto, moradora à Rua Chile, 2001, em Curitiba - Bairro Água Verde e fotografamos o Corcel II, azul, de propriedade de Clotário Silveira, morador na Rua Inácio Lustosa, 466, no centro da cidade. Esses dois carros são pegos apenas como exemplo de uma série de outros. Os dois: o Fiat e o Corcel estão ainda, neste momento circulando em Curitiba, ambos com a mesma placa, com as letras AQ-1458, mesmas letras e mesmos números.

Então, aqui está a resposta para aqueles que estão se revoltando contra multas, quando nunca passaram pelos locais onde está discriminada a multa. Muita gente está sendo injustiçada e multada em Curitiba, e não tem a resposta. Talvez, aqui esteja a resposta. São veículos com a mesma numeração e com a mesma série de letras. Isto é um verdadeiro absurdo em um órgão que tem o dever de controlar tal setor.

Então, essas são mais algumas facetas do DETRAN de hoje. E que nós deixamos aqui registrado e pedimos, inclusive, ao Coronel Osvaldo Cruz que tome providências no setor espe-

cializado. Futuramente, voltaremos a essa tribuna para falar ainda sobre a fábrica de criminosos, que são esses aventureiros que comandam determinadas CIRETRANs e que estão fornecendo, entre outras, porque recebem para tal, carteiras com vício de origem. Existe ainda em União da Vitória, um inquérito, uma sindicância gravíssima envolvendo até mesmo políticos, sem conclusão.

Pasmem os Srs.: em Guaíra foram apreendidas 70 carteiras; em Cianorte, 200 carteiras. O nome do Diretor da CIRETRAN de Guaíra, Gilber Fabro, o nome da CIRETRAN de Cianorte quando foram liberadas 200 carteiras frias, Gilber Fabro. Esse cidadão foi afastado, foi aberto um inquérito e a sindicância ainda está em andamento. E agora, para a alegria daqueles que gostam de tirar carteira por telefone e se transformar em criminoso do trânsito, foi nomeado o novo chefe da CIRETRAN, desta feita, em Iporã — nome do cidadão, Gilber Fabro.

Segundo informações do juiz da Primeira Vara de Trânsito de Curitiba, Dr. Valeixo, Gilber Fabro vai dirigir a CIRETRAN de Iporã. Se tal fato for confirmado, será realmente a maior aberração que se comete nesse Estado. Nós vamos aguardar para confirmação desse fato. Mas, mais uma vez, reproduzimos aqui as informações que estamos recebendo através de nosso gabinete. Nós solicitamos através da imprensa, que denúncias fossem feitas a esta Assembléia e estamos recebendo essas denúncias. Apenas, agora, vamos partir para as confirmações, já que a denúncia nos chega através de pessoas responsáveis, idôneas e pessoas com formação inclusive, intelectual.

Vamos sugerir até futuramente, que as CIRETRANs sejam dirigidas por quem conhece do assunto, de preferência por delegados de carreira, que tem realmente uma missão a cumprir, uma responsabilidade perante à opinião pública, evitando, que vereador não eleito, que deputado não eleito, ou que comerciantes, venham a dirigir tais órgãos, naturalmente fabricando verdadeiros criminosos. E, principalmente, quando nos aproximamos de ano eleitoral.

Era isso, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente o pronunciamento do Deputado Mário Celso, e respeito de aspectos relacionados com o DETRAN do Estado do Paraná. E ouvimos de Sua Excelência a informação de que estaria sendo indicado para a Chefia do CIRETRAN de Iporã, funcionário sob o nome Fabro. Mas esclareço a Sua Excelência que a CIRETRAN de Iporã, instalada aproximadamente há quatro meses, está sendo dirigida brilhantemente pelo ilustre Antônio Carlos Valvassori, que tem procurado desenvolver um trabalho bastante dinâmico, baseado na melhor honestidade.

Entre os funcionários, sabemos que está destacado naquela CIRETRAN, encontra-se alguém com o sobrenome Fabro, mas não é chefe e nem tampouco será chefe da CIRETRAN do município que temos a honra de representar nesta Assembléia Legislativa.

Portanto, para esclarecimentos de Sua Excelência, um homem dedicado às coisas públicas, interessado no desenvolvimento do trabalho administrativo, é que prestamos esta informação.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todo o homem público tem que ser coerente nos seus atos, no que diz e no que realiza. Hoje estamos aqui, Sr. Presidente, para sermos coerentes e reconhecer o esforço realizado pelos partidos políticos no Congresso Nacional, na histórica decisão de ontem de não vilipendiar os direitos adquiridos dos trabalhadores brasileiros.

A bem da verdade, deve ser dito, Sr. Presidente, que qualquer votação que fosse realizada com o projeto original do Governo beneficiaria a oposição. Se rejeitássemos, o grande prejudicado seria o PDS. Se passasse por decurso de prazo, Sr. Presidente, também o grande prejudicado seria o PDS.

E, hoje, Sr. Presidente, encaminhamos à Mesa um requerimento, propondo que esta Casa aprove uma mensagem de cumprimentos aos líderes dos partidos políticos no Congresso Nacional, pelo entendimento no encaminhamento da votação sobre a reforma da Previdência Social. cremos que este entendimento que procurou preservar, antes de tudo os interesses dos trabalhadores brasileiros, respeitando as suas conquistas, é indicador do amadurecimento do legislativo. Assim, em soluções desse tipo, o Legislativo irá recuperando palmo a palmo sua dignidade e respeito perante a Nação.

A supressão dos artigos 1.º e 2.º do projeto do Governo que previam a redução dos reajustes e cortes nos proventos dos aposentados, com a criação da sobretaxa de 20% sobre o preço final dos produtos considerados supérfluos, são soluções e foram soluções que consideramos justas, Sr. Presidente.

E foi sobre a perspectiva de fazer valer a justiça que as lideranças dos partidos encontraram uma forma comum de solução para a grave crise em nossa Previdência Social.

Eperamos que o exemplo nos sirva e que no plano do Legislativo Estadual possamos também colocar os interesses dos trabalhadores e do povo acima de qualquer outro e fazer deste Poder um instrumento legítimo, e pleno em suas funções.

O projeto original do Governo jogava às costas dos trabalhadores, especialmente aos aposentados, os ônus da crise. Pretendia retirar deles os recursos para fazer frente aos grandes déficits financeiros do setor; prevaleceu a proposta das oposições, que indicou um caminho para superar o problema.

Retirou-se recursos da indústria de supérfluos. Sobretaxar produtos que cremos não essenciais e que foram de justeza do que reduzir os proventos e benefícios dos aposentados.

Homens que lutaram toda a sua vida, que precisam de seu minguado salário ao final da vida para sobreviverem. Sabemos que a crise da Previdência Social é imensa. O próprio Ministro Jair Soares divulgou todos os seus dados, quando ele assumiu em março de 1979, o Ministério da Previdência Social já tinha um déficit de 7,6 bilhões de cruzeiros, podendo chegar a 180 bilhões ao final deste ano — segundo cálculos do Deputado Federal Euclides Scalco, da bancada do PMDB na Câmara Federal.

O custo financeiro deste rombo é elevado, a Previdência paga de juros 100 milhões de cruzeiros por dia, que chegarão a 2,2 bilhões ao final do ano.

Como cobrir este furo?

Esta é a questão principal que envolvia as discussões do projeto enviado pelo Governo ao Congresso Nacional. O certo é que o Governo, por si só, não poderia fazê-lo. Era necessário encontrar uma fórmula. Encontrar de onde retirar recursos. A opção inicial do Governo foi clara: o desfalque no salários dos aposentados. Mesmo porque quando tentou canalizar verbas do SESC, Sesi e SENAI, entidades empresariais de assistência social, cujas verbas são recolhidas pelo IAPAS, enfrentou uma rude resistência dos empresários.

O Governo não teve outra saída se não recuar. Mas não recuou da perspectiva de retirar dos assalariados o dinheiro para cobrir um furo absurdo no orçamento da previdência.

Uma coisa era certa: alguém teria que pagar pela crise. Para o Governo a opção era cruel, penalizar o capital e criar mais

áreas de atrito com o empresariado já ressabiado pela recessão crescente, ou penalizar a grande massa trabalhadora e comprar uma passagem sem volta para o esmagamento total nas próximas eleições.

Esta formulação bastante clara e didática, — é bom que se diga, partiu do próprio Governo. Fiel à sua tradição, o Governo tentou o caminho de sempre: penalizar os de baixo, penalizar os trabalhadores que, mais uma vez, teve que recuar. Desta vez com a intervenção do Parlamento que acabou encontrando a forma de jogar os ônus da crise para cima, para o capital; especialmente o capital que explora o supérfluo.

Pela segunda vez, Sr. Presidente, em poucos dias, o Congresso Nacional deu mostras da importância que tem a autonomia, a independência, a dignidade do Legislativo. Repudiou a fórmula da sub-legenda e agora a tentativa de jogar sobre os ombros dos trabalhadores os ônus da crise da Previdência Social.

Voltamos aos dias em que o Parlamento pode exercer ao que seja em parte, o seu verdadeiro papel, que é ser defensor dos legítimos direitos do povo, dos legítimos direitos dos trabalhadores...

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, independente do vazio da Assembléia nos últimos tempos, o Congresso Nacional — ao menos hoje perante a Nação brasileira, atingiu o pedestal de seriedade e firmeza não vistas há muito tempo.

A propósito do “pacote previdenciário”, não temos dúvidas de que se existem males estruturais na Previdência, portanto não seria uma medida superficial como a proposta, e ontem aprovada, que resolveria todos os problemas gravíssimos deste quadro da realidade brasileira.

Mas não devemos esquecer, — e isto até consta do programa do PMDB, de que uma Nação hoje pode ser caracterizada como desenvolvida, conforme o estágio em que se encontra a sua estrutura previdenciária. A partir desse princípio nós podemos avaliar o estágio em que se encontra a Nação brasileira, no nível de desenvolvimento, exatamente, porque a sua estrutura previdenciária está aquém do mínimo desejável. Por isso tudo que se fizer para alterar a Previdência Social, mas não alterando a sua estrutura nós não encontraremos e não chegaremos no mínimo necessário para atender as necessidades dos contribuintes, dos previdenciários deste País.

Mas o mais importante desse aparte, que eu queria ressaltar, como Vossa Excelência está fazendo da tribuna, é o papel político processado, nos últimos dias neste País, por parte, em especial, das oposições. Se nós conseguimos, em menos de 10 dias, duas importantes vitórias que traduzem aspirações populares, nós devemos nesse instante, fazer um preito de gratidão, de respeito. E ressaltar obviamente, aqueles que se destacaram nesta luta. Não há porque negar que nós estamos vivendo atualmente no País, por parte de Deputados e Senadores, empenhados em modificar essa subserviência, ou esse Poder acanhado que é o Legislativo, modificar para o melhor. E na prática está se fazendo isso. Eu aproveito até, para inserir no seu pronunciamento, com a devida permissão, um telex que remetemos hoje, pela manhã, ao líder do PMDB na Câmara Federal, Deputado Darci Klein.

Dizíamos: “Expressamos cumprimentos ao Companheiro Deputado Federal Darci Klein, Líder do PMDB na Câmara Federal, pelo comportamento altivo, firme, e rigorosamente voltado aos interesses da gente brasileira. Imprimido nos dois mais importantes acontecimentos políticos: a derrubada da sub-legenda e a recuada forçada do Governo, quanto ao pacote previdenciário, que marcaram a opinião pública nos últimos dias. Nosso partido demonstrou, mais uma vez, preparo para os grandes embates, ligados aos interesses populares. E lideranças capazes, que honram sobremaneira, a luta oposicionista. Se o PMDB sai profundamente engrandecido de tais acontecimentos, crédito

maior cabe ao Parlamento brasileiro, que na prática independente da vontade do Palácio do Planalto, está resgatando suas prerrogativas. Solicitamos estender cumprimentos aos Vice-Líderes e demais Membros pemedebistas do Congresso Nacional.

Saudações Pemedebistas, Lideranças do PMDB, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná”.

Era o mínimo que poderíamos dizer hoje, exatamente quando sabemos que a própria Liderança do PMDB na Câmara Federal jogou tudo, como há pouco diziam os Deputados que estão aqui, inclusive Vice-Líderes do PMDB da Câmara Federal, Osvaldo Macedo e Hélio Duque, que a Liderança do PMDB jogou tudo, o seu conceito, o seu presente, o seu futuro, porque abriu a possibilidade do diálogo, e estimulou, aceitou e imprimiu, uma técnica extremamente presente num processo democrático como este.

E o mais importante, em momentos decisivos, como foram os de ontem, que levaram horas e horas de negociações até que se chegou a um denominador comum, mínimo ainda, não é o que queremos, não é o que o previdenciário necessita, não é o que a Nação deseja.

Mas ao menos na prática ontem, o Planalto foi derrotado. Foi derrotado pela sua tecnocracia, pelos seus interesses mais limitados de homens que pensam em números e esquecem da realidade brasileira. E foi preciso que homens da Oposição e somados com dissidentes do Governo, tomassem uma posição histórica, rompendo com esta dependência e este cerco sobre o Poder Legislativo.

Concluo este aparte dizendo, que agora fica um novo desafio, o desafio de um novo compromisso para o futuro, porque está provado na prática que dez Deputados do PDS, dissidentes apenas, uma dezena bastaram para que dois episódios marcassem de maneira muito evidente o Congresso Nacional como um Poder que pretende acabar com vivência de cócoras de maneira vertical, reagrupar-se com os parlamentares mundiais, que ao menos sabem respeitar a vontade popular.

É assim que se faz política, feliz do PMDB que teve nesse episódio um papel importantíssimo.

Meus cumprimentos por trazer este assunto e permitindo, portanto, que inserisse este nosso telex à liderança do PMDB na Câmara Federal.

Muito obrigado e cumprimento-o pelo pronunciamento.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o seu aparte, eminente Líder Nelson Friedrich, que vem engrandecer este modesto pronunciamento a respeito da votação do pacote da Previdência Social que tramitou ontem no Congresso Nacional.

Porque, o que ali aconteceu ontem, eminente Líder Nelson Friedrich, mostrou o amadurecimento político da oposição brasileira e o amadurecimento político e o entendimento de alguns homens que representam o Governo no Congresso Nacional. Que num entendimento elevado, salvaram a classe trabalhadora, e restabeleceram a dignidade do Parlamento brasileiro.

E eu aproveitaria aqui eminente Deputado, para inserir nos Anais desta Casa, o meu abraço fraterno, de irmão, aos nossos dois parlamentares Deputados Federais que hoje nos visitam, o Deputado Federal Osvaldo Macedo e Hélio Duque, que souberam lá na prática, honrar o seu compromisso com o povo do Paraná e o povo brasileiro, rejeitando e participando ativamente nos entendimentos para o desfecho da votação do pacote previdenciário na data de ontem.

Mas eu finalizo, Sr. Presidente, dizendo que nós Parlamentares, devemos nos regozijar e aprender a lição dada ontem pelo Congresso Nacional, só seremos respeitados quando mantermos a postura ativa que nos exige a função, qualquer que seja a posição, qualquer que seja a nossa perspectiva, deve-

mos nos comportar antes de tudo como membros de um poder autônomo que busca a reconquista de sua autonomia plena e será com demonstrações, como aquelas que vimos ontem que isso se dará, Sr. Presidente.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Darcy Deitos, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz nesta oportunidade e mesmo enaltecendo o comportamento do Congresso Nacional, quando tomou uma posição que há muito tempo já deveria ter tomado.

Quero dizer a Vossa Excelência que, quando sai vitoriosa a causa do povo, não se deve pensar em termos que este ou aquele partido levou vantagem, ou porque tal medida viria em prejuízo deste ou daquele partido.

Temos verificado muitas vezes posicionamentos de políticos parlamentares, dizendo que esta medida não deve ser tomada, porque vem prejudicar o meu partido político. Quer dizer que, se não serve para o partido político, principalmente, que temos assistido o Governo, não deve ser adotada a medida.

Se serve, não interessa que prejudique o povo, mas, servindo ao partido Situacionista, tudo bem.

Não é isso que deve acontecer. Temos que tomar posições quando se trata de defender interesses do povo, sem nos identificar com nossos interesses pessoais, individuais ou interesses de grupos.

E eu até não vejo assim, acho que a medida foi salutar, que a composição que se fez lá foi uma composição vantajosa para, principalmente, para o Congresso Nacional, que não se curvou àquelas pressões do Planalto e mais ainda, fico até escandalizado quando vejo o Governo propor medidas para reduzir vencimentos neste País, onde tudo sobe. Já se viu baixar alguma coisa?

Só se reduz vencimentos, principalmente daqueles que ganhavam três salários mínimos. Aqui, tudo sobe, a inflação sobe, o custo de todas as coisas sobem constantemente. A Taxa Rodoviária no próximo ano, terá um acréscimo violento, penalizando os proprietários de automóveis que vão descarregar sobre o consumidor os custos da mercadoria. Aumentam todos os impostos que incidem sobre as mercadorias.

Porque as classes mais aquinhoadas vão transferir, é evidente, toda essa alta, para o custo de seus negócios. Portanto, quem vai pagar todo esse aumento, é o assalariado.

E, quando as coisas só sobem, fico escandalizado quando o Governo tem o cinismo de propor redução de vencimentos. Isso é uma barbaridade.

O Governo está perdido, sem condições de governar. Ainda ontem, numa crítica da televisão, ouvíamos que o Governo tem dois Presidentes, mas na realidade, não tem nenhum. Porque, um está lá recolhido à sua residência, porque está enfermo; o outro, está em sua fazenda, passeando. E o País sem condutor, numa situação difícil como a que estamos atravessando.

Cumprimento Vossa Excelência, e quero me solidarizar com seu pronunciamento. E é nesta hora que os políticos têm que levantar a cabeça e agir com dignidade.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Lineu Turra.

Vossa Excelência disse muito bem: neste episódio, entre os partidos políticos, não houve vencidos nem vencedores. O grande vencedor do episódio de ontem, foi o povo brasileiro, o trabalhador brasileiro que iria ser vítima de mais um assalto, aos seus parcos vencimentos de aposentadoria.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento)

Nobre Deputado Darcy Deitos, quando se fala em Previdência, deve-se lembrar também que somente a Previdência Social não vai solucionar os gravíssimos problemas que o País enfrenta.

Porque, o maior problema que enfrentamos é a fome, é a sub-nutrição, é um problema fundamentalmente de estrutura social, de distribuição de renda.

O Brasil é um País doente. São 40 milhões de sub-nutridos que se esparramam sobre este País Continente. É preciso uma Medicina Preventiva; uma Medicina Sanitária. E o Brasil está muito longe de um estágio, de um processo como hoje temos na França, na própria Argélia.

Além dos 40 milhões de sub-nutridos, de doentes, de miseráveis, neste País há um índice de mortalidade espantoso, um dos maiores do mundo. Crianças que não conseguem sobreviver, que não chegam a um ano de idade. A média de vida do brasileiro é de 54 anos. Mas, o importante disso tudo que se observa, Deputado Darcy Deitos, independentemente de PDT, de PMDB, de PTB, de PP, de PDS, é o fortalecimento do Poder Parlamentar.

Porque, o Parlamento tem que restabelecer a sua dignidade. Hoje, é uma realidade, o Legislativo, os Parlamentares de um modo geral, estão altamente desgastados perante a opinião pública. Foram episódios importantíssimos, inclusive, porque a abertura está sendo testada e esses episódios precisam se repetir lá em Brasília.

Acho importante neste momento, que o Parlamento retome, resgate a sua força, o seu poder, a sua dignidade, porque, à medida em que esses fatos se repetem, será muito difícil que aqueles mais radicais da direita, extremistas, tentem amanhã, através de um novo golpe, fazer com que o País retorne aos seus dias mais negros.

Então, que esses episódios se repitam lá no Congresso, para que ele volte a resgatar a sua dignidade, porque é um momento fundamental neste País, no aspecto político, realmente é a abertura que está sendo testada e que foi testada nesses dois episódios.

O SR. DARCY DEITOS — Nobre Deputado Fiori Luiz, Vossa

Excelência diz muito bem, é só com o Parlamento forte, com partidos políticos efetivamente fortes que iremos dar, e que eles irão dar sua contribuição para a solução dos graves problemas que afligem toda a Nação brasileira. E nós esperamos que, o episódio da semana passada, da rejeição da sub-legenda, e o episódio da alteração do "pacote" previdenciário que vinha do Palácio do Planalto para sufocar o trabalhador brasileiro, mostrem de que, todos os políticos devem se inibir das responsabilidades, para participarmos desse processo de mudança.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que espero que esta Casa vote favoravelmente ao nosso requerimento em que solicitamos o envio de um telex aos Líderes dos partidos políticos no Congresso Nacional, cumprimentando-os pelo encaminha-

mento na votação do projeto que alterou a Lei de Previdência Social.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Estando ausente, a Mesa consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulta a Liderança do Partido Democrático Social, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina).

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, devidamente apoiados, constantes do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 93/81, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que altera a Lei nº 6407, de 11 de junho de 1973 (Fundação IPARDES). Parecer favorável da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Em votação a Emenda Substitutiva. — Aprovada.

Em votação a Emenda de Plenário. — Aprovada.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

6 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 29, quinta-feira, para logo após o encerramento da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 100/80, 44, 76 e 83/81.

Levanta-se a Sessão.